

16 de Novembro de 2020

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



CURSOS

A ADIMB anuncia a realização do curso online “**ECONOMIC GUIDELINES FOR MINERAL EXPLORATION**”, que será realizado pelo **Dr. Michael Doggett - Mineral Economics Consultant Beach Meadows Resources Inc. - Vancouver, B.C., Canada**, entre os dias **07/12 a 11/12 de 2020**.

[CLIQUE AQUI
PARA VISUALIZAR A EMENTA DO CURSO](#)

www.adimb.org.br

Centro Empresarial Liberty Mall - SCN Quadra 02 - Bloco D - Torre A - Salas 501/503/505 - Tel. (61) 3326-0759

Fonte: ADIMB

Data: 16/11/2020



NORMAS DA ANM PASSAM POR REVISÃO E INTERESSADOS PODEM CONTRIBUIR PARA AS MUDANÇAS

Levantamento de normas do extinto DNPM é o principal questionamento da primeira fase

A Agência Nacional de Mineração está coletando contribuições para revisar o conjunto de normas regulatórias que regem a mineração do país. Com o objetivo de atualizar e converter em resoluções todas as normativas do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Agência começa uma série de tomadas de subsídios que vão desde o levantamento das regras até a proposta que vai revogar ou consolidar estas normas, transformando-as em resoluções temáticas.

A primeira delas, a Tomada de Subsídios 08/2020, já está aberta e trata do primeiro passo para estas mudanças. A ANM está pedindo contribuições da sociedade, do setor regulado e dos demais órgãos públicos, por meio de questionário, para três questões: sobre a precisão do levantamento feito pela ANM das normas do DNPM, sobre a proposta de revogação (guilhotina regulatória) e sobre a proposição de temas que podem ser revogados ou consolidados.

A TS 08/2020 fica aberta até 22 de novembro. Todos os atos normativos vigentes, revogados e a revogar também estão na página da TS e podem ser vistos [aqui](#).

Fonte: ANM

Data: 10/11/2020



VALE, CHINESE PORT SIGN \$651 MILLION DEAL ON IRON ORE STORAGE, PROCESSING

Vale (NYSE: VALE) and China's Ningbo Zhoushan Port have signed a deal to invest around 4.3 billion yuan (\$650.6 million) in iron ore storage and processing facilities in Zhejiang, a local government statement said on Friday.

The move follows the two firms' inauguration of a grinding hub at the port in eastern China in August and further boosts Vale's presence in the top global consumer of the steelmaking raw material.

Vale, the world's second-biggest iron ore miner, and Ningbo Zhoushan Port will each hold 50% in the joint venture (JV), whose planned creation was flagged in a filing last month. It will have registered capital of 1.5 billion yuan.

"It is proposed to build an iron ore storage yard, with a maximum capacity of 4.1 million tonnes, an ore blending and processing facility and two shipping berths," Zhejiang Free Trade Zone said on its official Wechat account.

The blending and processing facility will have annual capacity of 21 million tonnes of ore per year, it added.

"The construction of this project will further strengthen the distribution capacity of the Shulanghu ore transfer terminal," the statement said, referring to the site of the grinding hub, where Vale is producing high-grade iron ore fines.

Fonte: Mining.com

Data: 13/11/2020



MINERADORAS DOS EUA APREGOAM CREDENCIAIS AMBIENTAIS APÓS VITÓRIA DE BIDEN

As empresas de mineração dos EUA estão se movendo rapidamente para se alinharem com a agenda de mudança climática de Joe Biden, dizendo que o lítio, cobre e outros metais que eles produzem podem ajudar o presidente eleito a atingir seus ambiciosos objetivos de reduzir as emissões de carbono e eletrificar os automóveis do país.

Com Biden propondo apressar o desaparecimento do carvão e de outros combustíveis fósseis com seu plano climático de US\$ 2 trilhões, as mineradoras dos chamados metais estratégicos esperam que a equipe de Biden os veja como parceiras, não inimigos.

Poucas horas depois que as redes dos EUA declararam no sábado passado que Biden derrotou Donald Trump na corrida pela Casa Branca, a National Mining Association parabenizou Biden por sua vitória e lembrou-o de que os 600.000 mineiros do país fornecem produtos usados para fazer pontes, telefones celulares, painéis solares e uma miríade de outros bens.

"Você pode não querer extrair carvão, mas deveria extrair lítio", disse Michael Silver, presidente-executivo da American Elements, com sede em Los Angeles, que fabrica materiais de desempenho a partir de uma variedade de metais. "Biden poderia mudar o zeitgeist na mineração."

A abordagem dos mineiros visa substituir a visão comum da mineração como ambientalmente prejudicial, por uma principal fornecedora dos materiais necessários para um futuro de baixo carbono, embora algumas práticas controversas - incluindo minas a céu aberto - permaneçam.

A abordagem pode ser especialmente útil para as minas propostas em terras federais, incluindo projetos da Rio Tinto, BHP Group, IoneerLtd e LithiumAmericasCorp, e como as maiores mineradoras do mundo vinculam seus futuros aos Estados Unidos.

"Você pode ter uma operação de mineração neutra em carbono", disse Stephen Gill, da Pala Investments, com sede na Suíça, maior acionista da Nevada Copper que, no ano passado, abriu a primeira nova mina nos EUA em décadas.

Biden e a vice-presidente eleita Kamala Harris disseram que reduziriam o fraturamento hidráulico em terras federais, embora não tenham abordado publicamente a mineração. A equipe de transição não respondeu às solicitações de comentários.

Legislação

A equipe de transição de Biden está considerando uma legislação que poderia penalizar as emissões de carbono e aumentar os incentivos financeiros para VEs, medidas vistas como potenciais para um aumento da demanda de metais.

Os republicanos, que devem manter o controle do Senado dos EUA, provavelmente se oporiam a reduções de impostos de VE, mas apóiam a legislação que exigiria que os produtos comprados pelo governo dos EUA - incluindo sua frota de 8,1 milhões de automóveis - fossem construídos com metais de origem nacional, dizem assessores.

"Isso seria muito útil", disse Keith Phillips, presidente-executivo da PiedmontLithium, que está construindo uma mina de lítio na Carolina do Norte.

As mineradoras também esperam que a pandemia de coronavírus destaque o valor das cadeias de abastecimento mais próximas e reduza a dependência da China, o maior produtor e consumidor mundial de lítio, terras raras, cobre, minério de ferro e outros metais.

"Não acho que o povo americano esteja interessado em permitir que isso seja o status quo", disse James Calaway, presidente da Lioneer, que está desenvolvendo uma mina de lítio e boro em Nevada.

Os novos regulamentos dependem de quem Biden nomeará para administrar a Agência de Proteção Ambiental dos EUA. Um candidato em consideração tuitou no ano passado para o projeto de lítio da Rio Tinto na Califórnia, embora outros candidatos tenham se oposto a alguns projetos de mineração dos EUA por motivos ambientais.

Nesse ínterim, as mineradoras dizem que planejam mostrar a esses novos reguladores sua adoção de equipamentos movidos a energia renovável e outras mudanças que eles veem como um aumento de suas credenciais ambientais.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 13/11/2020



APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE BAUXITA DA HYDRO RECEBE PREMIAÇÃO INTERNACIONAL

Esta é a primeira vez que um projeto brasileiro é destaque na premiação

A Hydro é a grande vencedora do prêmio TMS Light Metals Award 2020, promovido pela The Minerals, Metals & Materials Society. A premiação, realizada nos Estados Unidos, é considerada uma das mais importantes do setor de metais e avalia projetos de inovação a nível global. Esta é a primeira vez que um estudo realizado no Brasil é eleito pela instituição.

O artigo "Bayer Process Towards the Circular Economy - Soil Conditioners from Bauxite Residue", foi o vencedor na categoria principal, recebendo o "Overall Light Metals Awards". O estudo apresenta os primeiros resultados alcançados da pesquisa para uso do resíduo de bauxita da Alunorte, refinaria da Hydro no Pará, como condicionador de solo na agricultura local. O mesmo case também foi vencedor da categoria Alumina e Bauxita, conquistando o prêmio Light Metals Subject Awards. Os prêmios serão entregues em um evento a ser realizado em fevereiro de 2021 na Flórida, Estados Unidos.

O trabalho vencedor faz parte do convênio entre a Hydro e o Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Minerárias (ISI-TM) firmado em 2019 para o desenvolvimento de destinações mais sustentáveis para o resíduo de bauxita. A pesquisa faz parte dos esforços da Hydro em reduzir áreas de depósitos de resíduo e encontrar soluções que beneficiem outras indústrias e a sociedade. A parceria prevê desde a caracterização física, química e mineralógica do resíduo de bauxita até a elaboração de plano conceitual e projeto executivo para implementação de uma planta-piloto na empresa.

"Este reconhecimento internacional do nosso trabalho demonstra que estamos no caminho certo para tornar a Alunorte uma referência global para aproveitamento de resíduo de bauxita, consolidando uma posição de liderança na indústria. Os resultados destas pesquisas irão permitir o desenvolvimento de produtos alternativos, reduzindo assim, o uso de matérias-primas convencionais não renováveis, gerando assim a diminuição da pegada ambiental da companhia além de promover o aumento de vida útil das áreas de depósito de resíduos sólidos", afirma Marcelo Montini, Consultor Químico Sênior da Hydro.

A pesquisa é composta por uma equipe de Mestres e Doutores e vem sendo realizada com equipamentos de ponta para o estudo de melhoria de processos, ganhos da extração de óxido de ferro para a indústria siderúrgica e criação de um produto secundário para o condicionamento e controle de acidez do solo.

"O reconhecimento internacional da pesquisa reforça a importância das parcerias entre as indústrias e instituições de ciência e tecnologia (ICTs), como a rede de Institutos SENAI de Inovação (ISI), na criação de soluções inovadoras. Os primeiros resultados do estudo já apresentam um grande potencial de contribuição para a cadeia produtiva local e é um exemplo de boas-práticas para o setor de alumínio em esfera internacional" afirma Adriano

Lucheta, Diretor do Instituto SENAI de Inovação em Tecnologias Mineraias. A conclusão da pesquisa está prevista para 2022.

Fonte: Conexão Mineral

Data: 13/11/2020



ALUMÍNIO ATINGE PICO DE QUASE 20 MESES EM MOVIMENTO ESPECULATIVO

Os preços do alumínio atingiram seu maior valor em quase 20 meses nesta sexta-feira (13), com especuladores empurrando as cotações para cima devido ao otimismo contínuo em relação à vacina contra Covid-19 e à forte demanda na China.

O alumínio de três meses na London Metals Exchange (LME) subiu 0,1% para US\$ 1.931 a tonelada por 1705 GMT, após tocar em US\$ 1.941, o valor mais alto desde 21 de março de 2019.

O alumínio da LME se recuperou 32% desde março, apesar das previsões de grande superavit - analistas ouvidos pela Reuters no mês passado apontaram 2 milhões de toneladas de excesso de oferta este ano.

Os preços aumentaram não apenas pelo otimismo em relação a uma vacina que impulsionou a recuperação da economia global, mas também pelo forte consumo de alumínio na China, à medida que o país libera pesados gastos com estímulo.

Analistas dizem que alguns sinais foram enganosos, no entanto, como a China saindo de um exportador líquido este ano para a importação de 1,99 milhão de toneladas, alta de 381% no comparativo anual.

"O mercado está levando a China a se tornar um importador líquido de forma muito positiva, embora seja impulsionado apenas pela arbitragem de preços. Quanto mais metal for sugado pela China, menos a arbitragem continuará", disse o analista Carsten Menke, da Julius Baer em Zurique.

"Isso significa que os preços da LME terão que cair eventualmente, não uma grande queda, mas vejo uma queda de cerca de 10%."

Outro fator que sustenta os preços do alumínio é que grandes quantidades do excedente ficam escondidas em depósitos fora da bolsa em acordos de financiamento.

A estatal chilena Codelco, maior produtora de cobre do mundo, disse que continuaria a cavar mais um ano em sua centenária mina a céu aberto de Chuquibambilla, que teve bons rendimentos.

O cobre da LME ganhou 0,8% para US\$ 6.992,50 a tonelada.

O níquel na LME caiu 0,2% para US\$ 15.900 a tonelada, o zinco adicionou 0,5% para US\$ 2.639, o chumbo caiu 0,3% para US\$ 1.893 e o estanho subiu 0,6% para US\$ 18.400 a tonelada.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 13/11/2020



MINA DE OURO ERNESTO/PAU-A-PIQUE, LOCALIZADO NO MATO GROSSO

A Aura Minerals Inc. anunciou que a mina a céu aberto Ernesto, parte do complexo de minas Ernesto / Pau-a-Pique, localizado no sudoeste do Estado de Mato Grosso, próximo a Pontes e Lacerda no Brasil, declarou produção comercial com efeito a partir de 1º de outubro de 2020. Em outubro de 2020 a produção atingiu 2.507 onças de ouro, somente da mina de Ernesto.

Graças à contribuição da mina Ernesto, em outubro de 2020 EPP atingiu sua maior produção desde seu início de 2016, com 8.233 onças de ouro produzidas.

Em Ernesto, a companhia espera um aumento na produção no quarto trimestre de 2020. Em seguida, planeja um "push-back" na mina para ter acesso ao minério de alto teor até o quarto trimestre de 2021, que a empresa espera poder acessar até o final de 2022.

"Em janeiro de 2019, começamos a desenvolver a mina Ernesto (pré-decapagem). Estamos felizes em ver os teores mais elevados em produção no próximo trimestre e esperamos alcançar o corpo de minério novamente durante o segundo semestre do próximo ano. Espera-se que a mina de Ernesto forneça aproximadamente 125.000 Oz com teor médio de 3,0 g/ton durante a vida da mina", informa Rodrigo Barbosa, presidente e CEO da empresa.

Potencial

A EPP é composta por múltiplas cavas a céu aberto (Lavrinha, Ernesto e Japonês), uma mina a céu aberto em desenvolvimento (Nosde) e uma mina subterrânea (Pau-Pique) localizada no sudoeste do Estado de Mato Grosso,

próximo a Pontes e Lacerda no Brasil. A Aura retomou a produção comercial da mina a céu aberto Lavrinha e da mina subterrânea Pau-Pique em 2017 e da mina a céu aberto Japonês em 2018.

O desenvolvimento da pré-decapagem começou em Ernesto no início de 2019 com a decapagem de estéril, que continuou em agosto de 2020 para chegar ao corpo de minério (LowerTarp), que foi delineado no momento do Estudo de Viabilidade. Ernesto contribui para a produção do EPP desde agosto de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, estima-se que Ernesto tenha recursos medido e indicado de 923.990 toneladas @ 4,58g / t Au contendo 136.100 onças de ouro, e recursos inferidos de 1.215.550 toneladas @ 2,46 g / t contendo 96.140 onças de ouro. As reservas provadas e prováveis totais são 1.047.300 toneladas @ 3,41 g / t Au contendo 114.820 onças de ouro.

Fonte: Conexão Mineral

Data: 13/11/2020



POTÁSSIO

EDEM AGROMINERAIS VAI PRODUZIR EM GO

A EDEM Agrominerais deve iniciar a exploração de potássio para produção de fertilizantes no primeiro trimestre de 2021 em sua nova mina, localizada em Montes Claros de Goiás (GO), onde há reservas de 200 milhões de toneladas de minério. Descoberta pela empresa há cerca de três anos, é a única jazida de fertilizante potássico natural conhecida na região Centro-Oeste.

Segundo Luiz Antônio Vessani, presidente da EDEM, o empreendimento deverá ter capacidade para produzir 200 mil toneladas anuais de fertilizante potássico natural com “excelentes teores de K₂O, Si e multinutrientes”. Para o dirigente, a produção da nova mina é estratégica, e, quando estiver operando a capacidade total, poderá chegar a 1 milhão de toneladas anuais, num horizonte de cinco anos. Ele informa que foram investidos, até agora, US\$ 700 mil em estudos e pesquisas e que para uma instalação com capacidade de 200 mil t/ano deverão ser investidos mais US\$ 3 milhões. A previsão é que sejam gerados em Montes Claros de Goiás 200 postos de trabalho, número que pode evoluir para até 800 postos, quando for atingida a capacidade máxima.

Ele também esclarece que o potássio a ser produzido em Montes Claros de Goiás é totalmente natural e o processo não requer enriquecimento químico artificial nem processamento a úmido, dispensando o uso de barragens de rejeito.

O produto pode ser usado em culturas orgânicas, proporcionando “aumento na produtividade e resistência contra pragas, doenças e estresses abióticos, além de não provocar efeito alcalino ou acidez no solo, diminuir a perda de nutrientes, favorecer e estimular a atividade biológica e das raízes das plantas cultivadas, aumentar a capacidade de retenção de água e ser livre de cloro e elementos tóxicos”.

Do ponto de vista de localização a jazida é favorecida, já que está próxima da malha viária, o que facilita o escoamento da produção, e do mercado consumidor final (está a 70 km das cidades de Aragarças-GO e Barra do Garças – MT), além de contar com disponibilidade de água e energia.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 12/11/2020



MICROS E PEQUENAS EMPRESAS MINERADORAS REPRESENTAM QUASE 90% DO SETOR MINERAL DO BRASIL

A mineração de pequena escala praticada por empresas mineradoras de micro, pequeno e médio porte predomina no Brasil e contribui para o desenvolvimento regional e a geração de empregos diretos e indiretos. Representa, assim, uma das principais fontes de sustento das comunidades próximas a esses empreendimentos. Apenas as micro e pequenas mineradoras constituem 88% do total de empresas legalizadas do setor, segundo dados de 2017 da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Mas no Brasil também há o grave problema da atividade ilegal. A prática da atividade de forma artesanal, caracterizada pela mão-de-obra de conhecimentos técnicos e gerenciais limitados, falta de sofisticação tecnológica e recursos podem trazer grandes impactos para o meio ambiente.

Micro, pequenas e médias são maioria na mineração do Brasil

Grande - 1,4% do total

Média – 10,4% do total

Pequenas – 28,9% do total

Micro – 59,3% do total

Fonte: ANM 2017

O garimpo ilegal produz uma imagem completamente incompatível daquela defendida pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) que é a de uma mineração baseada no desenvolvimento sustentável, ou seja, alicerçada na preservação do meio ambiente, na excelência em segurança operacional e no respeito às pessoas. “Não podemos permitir que a imagem do setor seja atingida por aquilo que é extraído de forma ilegal e que certamente traz outras consequências para o nosso país, possivelmente passando a terceiros os recursos minerais por outras formas, como via o crime organizado”, afirma Wilson Brumer, presidente do Conselho Diretor do IBRAM.

Um dos caminhos facilitadores para o fortalecimento da pequena mineração é a formação de cooperativas, com a finalidade de organizar a atuação dos cooperados buscando o melhor aproveitamento dos bens minerais, com diversificação econômica e inclusão social. Segundo o Analista Técnico e Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Alex Macedo, “as cooperativas figuram como um importante instrumento de formalização da atividade mineral informal, acesso ao direito mineral, à cidadania, ao crédito, a políticas públicas, a programas de capacitação, à comercialização de sua produção e ao desenvolvimento regional com inclusão social”.

O sistema OCB é composto por 95 entidades e cerca de 59 mil cooperados, garimpeiros ou pequenos mineradores, que encontram nesse modelo associativo a possibilidade de trabalho e renda, de estruturar a gestão e organizar seu sustento com amparo legal. Macedo afirma que “além de estimular os pequenos mineradores e garimpeiros a explorar apenas em áreas regularizadas pelos órgãos competentes, as cooperativas têm atuado para agilizar a obtenção das licenças nos órgãos ambientais e de regulação mineral. Além disso, elas estão presentes em todo o processo, oferecendo tanto o suporte legal quanto orientações sobre os aspectos que envolvem a preservação dos recursos naturais até o processo de comercialização do minério”.

Para Macedo, a pequena mineração representada pelas cooperativas enfrenta uma variedade de desafios. Estes vão desde suas operações, que poderiam ser mais bem executadas, com melhor aproveitamento das substâncias e menor impacto ambiental até o acesso a políticas públicas. Além disso, o acesso ao crédito “o setor enxerga como fundamental, com apoio dos órgãos públicos para o desenvolvimento de uma atividade responsável e sustentável na pequena mineração”, ressalta.

O Analista da OCB é palestrante no painel “Desafios e Oportunidades para a Pequena Mineração no Brasil”, agendado para o dia 26 de novembro, das 9h às 10h30, na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração 2020 (EXPOSIBRAM 2020). O painel também contará com a palestra do Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Gabriel Maldonado, e moderação do Diretor do Núcleo de Pesquisa para a Mineração Responsável da Universidade de São Paulo (NAP.Mineração), Giorgio De Tomi.

Macedo reforça que o Congresso será um importante espaço para reflexões do setor. “É urgente desenvolver ações integradas em prol do setor, no sentido de contribuir para o maior desenvolvimento da pequena mineração, dignidade e valorização do garimpeiro e do pequeno minerador”.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 12/11/2020

BRASIL
mineral

OURO

EQUINOX GOLD INICIA CONSTRUÇÃO DE SANTA LUZ

O Conselho de Administração da Equinox Gold aprovou o início completo da construção da mina de ouro Santa Luz, projeto 100% detido pela companhia e localizado no estado da Bahia. O projeto está orçado em US\$ 103 milhões e deve produzir 903 mil onças de ouro com uma recuperação média de 84%, além de gerar US\$ 436 milhões no fluxo de caixa líquido após os impostos ao longo de uma vida de mina inicial de 9,5 anos.

Christian Milau, CEO da Equinox Gold, afirmou: “Continuamos a entregar o nosso crescimento líder do setor com o lançamento da construção total em Santa Luz, após despejar o primeiro ouro em nossa mina Castle Mountain, há menos de um mês e o primeiro ouro na mina de Aurizona há apenas 15 meses. Com capital inicial de apenas US\$ 103 milhões, a Santa Luz está totalmente financiada e começará a contribuir com um fluxo de caixa significativo para a empresa em pouco mais de um ano. Também estamos entusiasmados para reiniciar a exploração no altamente prospectivo Distrito de Fazenda, um greenstonebelt de 70 km de extensão que se estende entre nossas duas minas na Bahia”. A maioria dos serviços e infraestrutura do local já está instalada em Santa Luz. Os custos de capital iniciais para reiniciar a mina incluem reforma da infraestrutura existente, retrofit da planta, instalação de energia de moagem adicional e aumento da capacidade de armazenamento dos rejeitos existentes e instalações de armazenamento de água. A escavação a céu aberto está prevista para começar em fevereiro de 2021. As modificações e atualizações da planta de processamento e das instalações de armazenamento de rejeitos e água devem ser concluídas até o final de 2021, com o primeiro derramamento de ouro previsto para o primeiro trimestre de 2022.

O plano de mina é baseado em Reservas Minerais Provadas e Prováveis de 24,9 milhões de toneladas, classificando 1,34 g/t de ouro para 1.074.941 onças de ouro contido nos depósitos C1 e Antas 3 e nos estoques existentes. A produção inicial irá extrair minério do depósito C1 e dos estoques; Antas 3 será minerado de 2024 a 2029.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 12/11/2020



TCU AUTORIZA LICITAÇÃO DO PRIMEIRO TRECHO DA FIOI, NA BAHIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou a realização de licitação para construção do primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), entre Ilhéus e Caetité, na Bahia. A liberação foi anunciada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que afirmou por meio do Twitter que o governo pretende publicar o edital do processo ainda em 2020. O governo espera arrecadar R\$ 3,3 bilhões com a concessão.

O parecer favorável à realização da licitação foi aprovado pelo plenário da corte de contas na quarta-feira (11), após o relator do processo na Casa. O TCU seguiu o voto do relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, que opinou inclusive pela liberação do certame nos termos mais recentes apresentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), considerado "adequado" após a realização de alterações propostas pelo corpo técnico do Tribunal.

Uma restrição sugerida pelos técnicos, porém, foi descartada: a de vetar a participação na licitação de empresas que já operam trechos da malha ferroviária do país, como Vale e Rumo, pelo risco de "concentração de mercado".

"Entendo que a competência para avaliar concentração do mercado é muito relevante, mas ela recai ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por isso, deixei de acolher proposta da unidade técnica, sem prejuízo de encaminhar o acórdão ao Cade", afirmou Aroldo Cedraz em seu voto.

Com isso, o TCU autorizou a participação irrestrita de empresas no processo e a vencedora do certame poderá inclusive construir o próprio terminal portuário em Ilhéus, onde já estão em andamento as obras do Porto Sul, construído em parceria do governo do Estado com a Bahia Mineração (Bamin).

O primeiro trecho da Fiol terá cerca de 540 quilômetros de extensão e já tem mais de 80% das obras concluídas. Ao comemorar a liberação do TCU, o ministro Tarcísio de Freitas afirmou no Twitter que o governo agora "vai correr para publicar o edital ainda neste ano e já bater o martelo no primeiro trimestre de 2021".

Potencial

A decisão também foi bastante festejada por mineradoras que têm projetos ou operações na região, que o primeiro trecho atenderá principalmente ao setor. "Conversei com o ministro e mostramos o potencial de embarque de 80 milhões de toneladas por ano de minério de ferro. São cerca de R\$ 8 bilhões de arrecadação", observou o presidente da Companhia Vale do Paramirim (CVP), o geólogo João Cavalcanti, referindo-se ao baiano Aroldo Cedraz.

O potencial de embarque citado por Cavalcanti é referente à produção prevista de apenas três projetos que se beneficiarão da ferrovia: Papa-Mel, da própria CVP, e Pedra de Ferro, da Bamin, ambos na região de Caetité, e Bloco 8, da Sul-Americana Metais (SAM), no norte de Minas Gerais.

"É uma questão de apresentar os números. Representa faturamento e criação de empregos que vão ajudar o desenvolvimento do Estado da Bahia e do país", acrescentou Cavalcanti, responsável pelas descobertas das jazidas citadas acima.

Além do minério de ferro, ele também está promovendo estudo geológico ao longo do trajeto da Fiol e já identificou potenciais reservas de níquel, cobre e cobalto. O estudo é custeado pela CVP, com aporte que Cavalcanti prefere não revelar, e realizado em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Cavalcanti afirmou ao Notícias de Mineração Brasil que tem outros projetos para o desenvolvimento da região de Caetité, mas disse que os planos ainda precisam ser detalhados.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 12/11/2020



ANM ESPERA QUE SOCIEDADE RECONHEÇA PAPEL FUNDAMENTAL DA MINERAÇÃO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

Falta à sociedade brasileira reconhecer com maior propriedade que a mineração é uma "indústria de base" para as demais indústrias, ou seja, fornece os insumos – os minérios – para se produzir o que é essencial para o desenvolvimento das pessoas e das nações. A baixa percepção dessa realidade é uma das "dificuldades" que a

Agência Nacional de Mineração (ANM) enfrenta rumo a atingir níveis de gestão e resultados em acordo com o que o "setor mineral clama há décadas". Quando a mineração tem sua importância real reconhecida pela sociedade, há mais apoio para elevar o patamar de qualidade de todos os agentes envolvidos com o setor, caso da ANM.

As afirmações foram feitas pelo diretor geral da ANM, Victor Hugo Bicca, no webinar "Caminhos para a Mineração do Brasil", evento organizado pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e pela revista In The Mine.

O Brasil, disse, representa "48% da América do Sul, apresenta diversidade geológica invejável mas temos dificuldades para traduzir nosso potencial mineral em riqueza e em geração de emprego e renda para nossa gente".

Wilson Brumer, presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), também participou e defendeu que sejam liberados mais recursos financeiros para a ANM, de modo a ser possível estruturá-la e fortalece-la com pessoal e equipamentos, entre outros recursos. Ele lembrou que 7% dos recursos recolhidos pelas mineradoras a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) são carimbados para a ANM. Porém, a agência está com recursos orçamentários contingenciados.

"Este ano projetamos que serão recolhidos cerca de R\$ 5 bilhões em CFEM e 7% desse total, acreditamos, seriam suficientes para a ANM desenvolver seus projetos e melhorar a fiscalização do setor, entre outras providências", afirmou.

Ele completou dizendo que o "IBRAM e as mineradoras associadas defendem uma ANM forte para desenvolver o potencial mineral do Brasil. Na verdade, o Brasil não conhece seu potencial mineral. Temos grande avanço a conquistar em termos de pesquisa geológica ainda". Wilson Brumer cobrou rapidez e agilidade nesse sentido:

– Temos que ser rápidos para conhecer nossa geologia. Outros países aproveitaram a certa morosidade do Brasil nessa atividade e cresceram muito nos últimos anos. É o caso de Peru, Colômbia, Chile, Austrália que tomaram espaços que poderiam ser ocupados pela mineração do Brasil. Como é um setor de longo prazo, leva-se tempo para operar, então, não podemos perder mais tempo.

Antonio Carlos Tramm, presidente da CBPM, disse que é preciso dar "condições para a ANM trabalhar adequadamente para o desenvolvimento da mineração nos estados. Há investimentos maciços em pesquisa, como na Bahia, mas há problemas que dependem de ofício, parecer, certificação que não avançam".

Em sua fala, Victor Bicca, da ANM, disse que a agência está "a passos largos" para agilizar processos antes expressos em papéis. Um grande avanço foi a implantação do protocolo digital. Informou também que a ANM está "em vias de começar o processo de digitalização de seu imenso acervo. São 190 mil processos ainda em meio físico". O dirigente ressaltou que também firmou acordo de cooperação técnica para internalizar boas práticas internacionais, inclusive práticas de governança. Ele disse que está havendo é uma "mudança de cultura, um processo lento e que tem que ser acompanhado por renovação de quadros, capacitação, tecnologia e inovação".

Wilson Brumer disse reconhecer a qualidade do serviço prestado pela ANM e citou como exemplo positivo o Sistema de Requerimento Eletrônico de Pesquisa Mineral. Este novo sistema é válido apenas para os requerimentos de pesquisa. É totalmente online e gera a solicitação em poucos minutos. Com ele, os pedidos de pesquisa serão aprovados em até 34 dias, tempo excepcionalmente inferior aos 728 dias do prazo do sistema anterior. A demora na aprovação dos requerimentos de pesquisa era um dos principais gargalos processuais da Agência.

Luis Maurício Azevedo, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), falou da importância da pesquisa mineral para o desenvolvimento da mineração no Brasil e defendeu que sejam abertas mais oportunidades para o surgimento de novos pequenos e médios projetos.

Paulo Misk, presidente do Sindicato das Mineradoras da Bahia (Sindimiba), afirmou que "mineração leva desenvolvimento a regiões extremamente carentes, caso de localidades na Bahia. A atividade gera desenvolvimento social muito expressivo. E nessa crença desse potencial todo da mineração, temos mantido diálogo intenso com sociedade e a mídia baiana para que a sociedade possa entender o que mineração faz de bom para as pessoas".

O encontro teve como mediadora Tébis Oliveira, editora da revista In The Mine.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 12/11/2020

BRASIL
mineral

MINÉRIO DE FERRO

EXPORTAÇÕES MENORES ATÉ SETEMBRO

Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase), as exportações de minério de ferro em setembro de 2020 somaram 28,604 milhões de toneladas, um aumento sobre os 27,264 milhões de toneladas do mesmo mês de 2019. Na comparação anual do acumulado até setembro, as exportações caíram de 222,895 milhões de toneladas, em 2019, para 211,885 milhões de toneladas neste ano.

As vendas externas de pelotas tiveram queda de 1,771 milhões de toneladas, para 1,621 milhões de toneladas na comparação mensal e de 17,803 milhões de toneladas para 11,745 milhões de toneladas no acumulado até setembro.

Já as vendas de minério de ferro no mercado nacional caíram de 1,971 milhões de toneladas em setembro de 2019 para 1,852 milhões de toneladas em setembro deste ano. No acumulado até setembro, as vendas internas despencaram de 19,247 milhões de toneladas, em 2019, para 16,292 milhões de toneladas neste ano.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 12/11/2020



PLATAFORMA NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

Uma nova forma de atender à crescente demanda por minerais essenciais para fabricantes de veículos elétricos, eletrônicos e baterias foi lançada no Fórum Econômico Mundial realizado na Suíça entre os dias 9 e 11 de novembro de 2020. Investimentos públicos e privados significativos foram feitos para extrair cobalto, níquel, lítio e outros minerais do fundo do mar; no entanto, mais de 80 organizações não governamentais expressaram preocupação sobre os perigos da extração comercial.

Embora existam locais para países, cientistas, indústria de mineração do fundo do mar e organizações ambientais discutirem mineração em águas profundas, as empresas que usam esses tipos de minerais - os fabricantes de produtos e os mercados de metais - anteriormente não tinham um lugar para aprender e discutir esse tópico. Para criar o espaço necessário para que essa indústria se reúna, discuta e se envolva nessa questão complexa, o Fórum Econômico Mundial lançou o Deep-SeaMinerals Dialogue - uma plataforma imparcial para o diálogo da cadeia de valor sobre as considerações de abastecimento responsável para o possível surgimento de minerais do fundo do mar. Esta nova plataforma utilizará a abordagem multissetorial do Fórum e espera reunir empresas responsáveis e acelerar sua participação neste tópico. A nova plataforma irá alavancar especialistas com diferentes pontos de vista e analisar sistemas de tomada de decisão e aprendizados de indústrias existentes.

Dominic Waughray, Diretor Executivo do Fórum Econômico Mundial, disse: "A mineração em águas profundas é um tópico transversal que pode afetar tanto o progresso na ação climática quanto a preservação da biodiversidade e está relacionado com a transição para uma economia circular. As partes interessadas devem tomar a decisão mais sábia possível". Para a organização, os próximos anos são críticos, pois as decisões regulatórias, de tecnologia e de investimento estão sendo tomadas. Essas decisões podem determinar o impacto ambiental e social dos minerais do fundo do mar. Embora os minerais possam não entrar na cadeia de abastecimento por alguns anos, exemplos envolvendo a mineração de cobalto da República Democrática do Congo e o fornecimento de óleo de palma da Indonésia mostram que a omissão de ação antecipada pode resultar em esforços dispendiosos para limpar a cadeia de abastecimento e a reputação depois do impacto.

Um novo documento informativo lançado no início de novembro, intitulado *Deep-SeaMinerals: WhatManufacturersandMarketsNeedtoKnow*, destaca por que os fabricantes de fontes minerais e os mercados de metal precisam se envolver agora na discussão sobre minerais do fundo do mar. Ele destaca considerações de abastecimento responsável para empresas que usam ou trocam metais e minerais, complementando os relatórios existentes sobre a lacuna entre a oferta e a demanda de minerais, bem como a falta de compreensão científica sobre o fundo do mar e os impactos potenciais da extração mineral. O artigo ressalta uma tendência de fabricantes e mercados de metal em aumentar sua atenção sobre as condições ambientais e sociais dos minerais que fornecem. É o primeiro de uma série de três sobre o potencial de extração de minerais do fundo do mar, escrito para fabricantes e bolsas de mercado. Assheton Stewart Carter, CEO da TDI Sustainability, disse: "As decisões que estão sendo tomadas agora sobre o desenvolvimento de minerais do fundo do mar têm implicações para a conservação dos oceanos, abastecimento responsável, produção sustentável e até mesmo para nossa luta contra a mudança climática acelerada. É um tópico de importância geracional. Aprendemos com outras indústrias - como o desenvolvimento de areias petrolíferas, barragens hidroelétricas, geração de energia nuclear - que quando as decisões de prosseguir com os megaprojetos deixam de ser inclusivas e informadas pela ciência, isso pode levar a atrasos, irreversíveis danos ecológicos ou ativos abandonados - pela primeira vez, temos a oportunidade de nos engajar e contribuir com as opiniões sobre se e como os minerais do fundo do mar são desenvolvidos antes de a indústria começar seriamente. Devemos entender isso".

Fonte: Brasil Mineral

Data: 12/11/2020

PESQUISA DE INSUMOS MINERAIS PARA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL JÁ ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA PÚBLICA

O Rio Grande do Sul apresenta forte vocação agropecuária e o fornecimento de insumos minerais para a agricultura possui caráter estratégico para o estado. Com a publicação desse Informe, espera-se contribuir com o aumento da oferta de matéria-prima para a indústria de fertilizantes, fornecendo também novas fontes que sirvam de remineralizadores de solos, contribuindo assim para diminuir os custos da produção agrícola do estado

O Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) apresenta em sua base de dados de acesso público mais um Informe de Recursos Minerais, materializado pelo estudo “Investigação de Anomalias Geofísicas no Escudo Sul Rio-Grandense com Enfoque em Insumos Agrícolas”. A crescente demanda do setor agrícola por insumos minerais, e a forte dependência do mercado externo, mostra ser necessária a identificação de novas alternativas para suprimento desses insumos, que são largamente utilizados como matéria-prima para fabricação de fertilizantes químicos.

O projeto está vinculado ao Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral, e à Ação Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM), financiado pelo Governo Federal e tem o objetivo identificar novas fontes de fosfato e potássio, ou implementar fontes alternativas para o agronegócio, como a utilização de rejeitos da mineração como remineralizadores de solo. O projeto foi executado pela Gerência de Geologia e Recursos Minerais da Superintendência Regional de Porto Alegre, com supervisão nacional da Divisão de Projetos Especiais e Minerais Estratégicos – DIPEME e coordenação geral do Departamento de Recursos Minerais – DEREM.

“O projeto teve bastante êxito na sua pesquisa, descobrindo novos alvos de que já despertaram interesse de empresas privadas, sendo que alguns deles confirmaram potencial e passam atualmente por processo de avaliação econômica visando abertura de mina”, afirma Marcelo Esteves Almeida, Chefe do Departamento de Recursos Minerais.

Para o Diretor de Geologia e Recursos Minerais, Marcio José Remédio, com mais este lançamento, o Serviço Geológico do Brasil segue dando cumprimento à política governamental de desenvolvimento regional como subsídio importante à formulação de políticas públicas e às tomadas de decisão de investimentos no segmento da indústria de fertilizantes e de remineralizadores de solos.

[Acesse o estudo clicando aqui.](#)

Fonte: CPRM

Data: 11/11/2020



MERIDIAN FECHA AQUISIÇÃO DO PROJETO DE COBRE E OURO CABAÇAL, NO MT

A Meridian Mining assinou o contrato de compra do projeto de cobre e ouro Cabaçal, no Mato Grosso. Segundo a companhia britânica, a negociação de US\$ 8,75 milhões com a Prometalica Mineração e IMS Engenharia Mineral representa um “acréscimo importante ao portfólio de projetos” da empresa.

De acordo com a Meridian, o primeiro pagamento do acordo, de US\$ 275 mil, será feito após a transferência dos direitos minerários já solicitada à Agência Nacional de Mineração (ANM). Além do acerto em dinheiro, o contrato envolve ainda 4,5 milhões de ações da Meridian.

O contrato foi assinado após conclusão “com sucesso” da due diligence realizada pela empresa britânica em Cabaçal, em setembro.

Para o presidente e diretor-executivo da Meridian, Adrian McArthur, a aquisição de Cabaçal “apresenta uma oportunidade para continuar a construir uma futura empresa de mineração de médio porte”.

“Vemos semelhanças com os primeiros dias da Hudbay, quando ela se propôs a desenvolver a mineração FlinFlon em Manitoba em 1927”, afirmou ele referindo-se à operação de zinco e cobre desenvolvida pela mineradora canadense.

“Nossa intenção é desenvolver Cabaçal de uma maneira ambientalmente sustentável usando as melhores práticas e engajamento com as partes interessadas locais para construir nossa licença social para operar”, acrescentou.

Projeto

O projeto adquirido pela Meridian compreende duas minas subterrâneas históricas (Cabaçal e Santa Helena) e um banco de dados geológico com mais de 600 furos de superfície e subterrâneos, ensaios, mapeamento regional, geoquímica de solos e riachos, geofísica moderna, estudos metalúrgicos e hidrológicos.

A operação no projeto foi iniciada em 1987 pela BP Mineração, que foi adquirida no ano seguinte pela então RTZ, atual grupo Rio Tinto. Em 1991, as atividades em Cabaçal foram encerradas após a extração de aproximadamente 1 milhão de toneladas de minério com teor médio de 5 g/t de ouro e 0,82% de cobre. Em 2005, o ativo foi adquirido pelas empresas que acertaram contrato com a Meridian em agosto passado.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 11/11/2020



SUCESSO NA PRIMEIRA OFERTA DE ÁREAS

O prazo para requerimento de áreas ofertadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) para pesquisas foi finalizado na primeira semana de novembro. O primeiro lote teve 502 áreas ofertadas e 185 interessados. Segundo a ANM, o número representa o sucesso do novo modelo de ofertas, já que no passado o número de interessados não passava de 5%. “O mais importante foi o fato de ser um projeto-piloto: em nenhuma hora o sistema falhou e este modelo se mostrou muito mais eficiente que o usado no passado, que além de ter muito menos interessados tinha um alto nível de judicialização, já que ganhava a área quem apresentava o melhor projeto, o que pode ser considerado extremamente subjetivo”, comemora o diretor da ANM, Eduardo Leão.

Do total de áreas ofertadas, 82 tiveram mais de uma manifestação de interesse e ainda vão para uma disputa em forma de leilão, onde quem oferecer maior valor financeiro fica apto a pesquisar o local. As outras 103 tiveram apenas um interessado e não precisarão ser disputadas. As áreas livres voltaram para a cartela da ANM para serem, futuramente, colocadas mais uma vez em disponibilidade.

Este foi o primeiro lote de áreas que a ANM abriu para pesquisas. Os locais eram prioritariamente voltados para minerais usados preferencialmente em infraestrutura e construção civil, como areia, brita, argila (cerâmica vermelha), cascalho e gesso. “A previsão é que em dezembro outro lote com cinco mil áreas seja disponibilizado e já estamos levantando estas áreas”, afirma Leão.

Atualmente, a ANM calcula existirem mais de 57 mil áreas na carteira, o que somaria cerca de 500 milhões de km², com repesamento de investimentos em pesquisa e lavra mineral. São projetos minerários já outorgados anteriormente pelo antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), mas que retornaram à ANM por diversos fatores, como perda do direito minerário dos antigos titulares, indeferimentos ou caducidade, provocados por abandono do empreendimento, desistência e inadimplência de obrigações. A disponibilização de áreas da ANM entrou para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal, virando um dos projetos para fomentar o desenvolvimento social e econômico do país.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 10/11/2020



AVANÇO DA MINERAÇÃO EM NOVAS ÁREAS DEPENDE DE MAIS INVESTIMENTO EM CONHECIMENTO GEOLÓGICO

Para o diretor de Geologia e Recursos Minerais, Marcio Remédio, novas fronteiras exploratórias podem estar disponíveis em áreas com restrição para atividade mineral, mas também nos distritos minerais conhecidos e ainda pouco estudados

O “avanço da mineração em novas áreas e fronteiras” foi tema de debate em mais uma palestra do ciclo de encontros que o Clube de Engenharia vem promovendo sobre o impacto do setor mineral brasileiro na economia do país. O Serviço Geológico do Brasil faz parte da programação e foi representado nesta quarta-feira, dia 04/11, pelo diretor de Geologia e Recursos Minerais, Marcio José Remédio.

Ao apresentar as vinte principais províncias geoeconômicas e distritos minerais do país, o diretor destacou que as mesmas apresentam “novas fronteiras” a serem descobertas seja pelo avanço do conhecimento geológico ou pelas commodities que passam a ser mais atrativas, de acordo com a demanda.

“No Brasil ainda temos diversas áreas inexploradas por se desenvolverem. Em mais de 60% da Amazônia o conhecimento geológico ainda está em escala de reconhecimento, como na calha Norte e no Alto Xingu. Também possuímos alto potencial para novas descobertas nas províncias e distritos minerais já conhecidos, com oportunidades exploratórias promissoras em metais críticos e estratégicos, por exemplo. A atuação do SGB priorizou áreas do cristalino brasileiro, enquanto as bacias sedimentares, que eram exclusividade da Petrobras, ficaram descobertas, o que gerou um déficit que pode explicar a deficiência do país em alguns agrominerais, como o potássio”, resumiu.

Um exemplo citado por ele é a província mineral do Carajás, maior do país, que apresenta acúmulo de ocorrências de depósitos identificados na faixa leste, contrastando com pouco potencial descoberto na faixa oeste. “Essa falta de conhecimento geológico nesta região permite que possamos inferir que exista uma nova fronteira mineral dentro da maior província mineral do país”, afirmou. O mapa de favorabilidade elaborado pelo SGB da região norte da província do Carajás para cobre e ouro também demonstra regiões sem ocorrências identificadas, constituindo-se, portanto, em áreas favoráveis ao descobrimento de novos depósitos. O mesmo ocorre no Quadrilátero Ferrífero, a província mineral mais estudada do país, também possui alto acúmulo de ocorrências na região central e carência de estudo e informações na região oeste.

Além da necessidade de mapeamento mais detalhado, o foco em novas commodities também foi elencado pelo diretor Marcio Remédio, citando algumas regiões minerais do país que eram consagradas para mineração de ouro e hoje se destacam para prospecção de cobre, por exemplo. É o caso do Sul do Cráton Amazônico, região com a maior atratividade para investimento em pesquisa mineral do Brasil hoje, com destaque para os distritos do Tapajós, Alta Floresta, Juma e Nova Brasilândia, além de Aripuanã e o Norte do Cráton São Francisco. Citou ainda o Escudo das Guianas (Amapá, Pará e Roraima), outra região com baixo conhecimento geológico e alto potencial para metais base e minerais estratégicos como Elementos Terras Raras.

ÁREAS RESTRITIVAS - Sobre o ordenamento territorial, direitos minerários e áreas de restrição, o diretor Marcio reforçou que as novas fronteiras da mineração dependem do conhecimento geológico. “O conhecimento traz a oportunidade. A restrição à pesquisa nas áreas como a Amazônia Legal é o maior impedimento para o desenvolvimento. É um direito ter o conhecimento sobre os nossos recursos”, afirmou.

Ele explicou que áreas com restrição à atividade mineral incluem áreas de fronteira (1,4 milhões de km² - 16% do território nacional), terras indígenas (723 no país, 14% do território, 117 milhões de hectares), áreas de proteção ambiental (1870 unidades, 115 milhões hectares, 18% do território nacional) e a Reserva Mineral de Cobre e seus Associados (Renca).

Remédio ainda citou a atuação de cerca de 20 anos do SGB na Amazônia Azul, outra nova fronteira de exploração. Projetos que disponibilizam dados geológicos e geofísicos que subsidiam os pleitos do Brasil para Autoridade Internacional, visando incorporar novos territórios à plataforma continental jurídica.

Por fim, destacou que o SGB é o repositório institucional das informações geocientíficas do país e que, em alinhamento com o Plano Mineração e Desenvolvimento do Governo Federal, lançado em setembro, o banco de dados do SGB será integrado com os dados do setor privado, hoje disponível apenas para a Agência Nacional de Mineração (ANM), visando potencializar novas descobertas e o conhecimento geológico do país.

Entre os presentes, estavam o diretor de Infraestrutura Geocientífica, Paulo Romano, a chefe da assessoria internacional, Maria Glícia da Nóbrega, o economista mineral do Serviço Geológico, Gilberto Calaes, além de outras personalidades importantes do setor mineral brasileiro como o diretor executivo da Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro, Roberto Perez Xavier. Durante sua breve apresentação, Márcio José ressaltou a importante participação do Serviço Geológico no avanço de pesquisas em mineração em novas áreas e fronteiras pelo território nacional.



Diretor Marcio Remédio apresentou as descobertas relevantes da última década no país

A transmissão foi feita diretamente pelo canal oficial do Clube de Engenharia, no Youtube. Para assistir a live na íntegra, clique aqui. <https://bit.ly/38iFaH7>

Fonte: CPRM

Data: 10/11/2020



OFERTA SECUNDÁRIA DE AÇÕES DA AURA NO MERCADO BRASILEIRO MOVIMENTA R\$ 87,3 MI

A Aura Minerals confirmou nesta segunda-feira (9) em R\$ 48,50 a precificação de seus BDRs (do inglês Brazilian Depositary Receipts) em uma oferta secundária dos papéis da mineradora. Ao todo serão oferecidos ao mercado 1,8 milhão de BDRs, em oferta totalmente secundária, o que significa que nenhum recurso entrará no caixa da companhia.

Os papéis pertencem aos fundos Arias Resource Capital e LF Ruffer Gold e a operação é coordenada pela XP Investimentos. Ao contrário do IPO da Aura no mercado acionário brasileiro em julho, quando os BDRs foram vendidos apenas para investidores institucionais, os atuais papéis também são negociados no varejo.

"O preço por BDR não é indicativo do preço de negociação dos BDRs que prevalecerá após a conclusão da oferta secundária", observou a Aura em comunicado ao mercado nesta segunda-feira (9).

Os 1,8 milhão de BDRs que integram a oferta secundária correspondem a aproximadamente 2,50% do capital social da Aura. Do total ofertado, 400.000 BDRs são oferecidos pelo Arias e o restante, pelo Ruffer. "Não houve aumento da quantidade de BDRs a título de BDRs adicionais que pudessem ser alocados", salientou a Aura.

Os papéis começam a ser negociados na B3 a partir desta terça-feira (10) "no tradicional segmento de negociação de valores mobiliários" da bolsa brasileira.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 10/11/2020



VALE SE TORNA EMPRESA 'SEM DONO', MAS FUNDOS AINDA MANTÊM PODER DE VOTO

Efeito mais imediato da extinção formal do bloco de controle é a liberação para venda de 20,26% das ações dos principais acionistas, o equivalente a R\$ 67,6 bilhões; mudança deve deixar conselho de administração gradualmente mais independente

Nesta segunda-feira, 9, a **Vale** se torna uma companhia sem dono. Ao menos no papel. A data marca o fim do acordo que concentrava o poder de decisão da mineradora nas mãos de poucos acionistas. A extinção formal do bloco de controle, porém, é vista como mais uma etapa no processo de evolução da governança da Vale. A primeira prova de fogo para saber se a empresa caminha para ser uma corporation - jargão do mercado para definir companhias de capital pulverizado - de fato será a eleição do conselho, na assembleia de acionistas de 2021.

Oriundo da privatização da Vale, em 1997, o bloco de controle que se desfaz nesta segunda era formado por Litel/Litela - que reúne os fundos de pensão estatais, sendo a Previ de participação mais relevante -, **Bradespar**, **Mitsui** e o **BNDESPar**, braço de participações do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**.

Do ponto de vista da governança, a expectativa é que, em empresas sem um grupo controlador atuando de forma articulada, haja menos assentos carimbados e um conselho indicado de forma mais independente. Na Vale, o primeiro teste será em abril, quando haverá eleição para as 13 vagas do colegiado - das quais uma é indicada pelos empregados - com mandato até 2023. Atualmente, a maior parte dos conselheiros tem ligação com o bloco de controle e há apenas três nomes independentes.

Para auxiliar a renovação, a companhia criou em julho um comitê de nomeação, liderado pelo ex-presidente da **Petrobrás** e presidente do conselho da **BRF**, **Pedro Parente**, e **Alexandre Gonçalves Silva**, presidente do Conselho de Administração da **Embraer**. O comitê tem entrevistado investidores e os atuais membros do colegiado. A ideia é que o órgão recomende as competências, perfis e potenciais candidatos ao conselho. Se aprovados, os nomes serão submetidos à Assembleia-Geral Ordinária.

A temperatura da reunião de acionistas de abril vai depender da receptividade em torno da chapa indicada. Se a lista desagradar, investidores podem acionar o mecanismo chamado de voto múltiplo. Ele atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os assentos no conselho. Esses votos podem ser concentrados num só candidato, aumentando as chances de acionistas menores elegerem um candidato.

Poder dos fundos ainda será grande

A despeito do fim do acordo, enquanto não venderem participação relevante, Previ, BNDES, Bradespar e Mitsui ainda terão poder de voto expressivo. Diante disso, a expectativa de fontes ouvidas pelo **Estadão/Broadcast** é de um aumento gradual na independência do conselho. No médio prazo, a tendência é de formação de blocos de acionistas com posições comuns para deliberar sobre matérias diversas.

O efeito mais imediato da perda de validade do acordo da Vale é a liberação de 20,26% das ações detidas pelos acionistas do bloco de controle, cuja venda estava bloqueada. A fatia é equivalente a R\$ 67,6 bilhões, com base no preço das ações na última sexta-feira, 6, de R\$ 63,19.

Participante das negociações para o fim do acordo em 2017 - quando foi assinado o documento transitório que vence nesta segunda -, a ex-diretora da BNDESPar **Eliane Lustosa** diz que estava em jogo o desejo dos controladores de dar liquidez a seus papéis, em especial o BNDES e a Previ, mas também a Bradespar. A japonesa Mitsui, um sócio estratégico, nunca escondeu o desejo de ter participação maior na Vale.

A par disso, havia a percepção de que era preciso aprimorar as práticas de governança da companhia e afastar o fantasma da interferência estatal. Isso se refletiu em maior diversidade no conselho e na busca de um CEO no mercado, com a contratação de **Fabio Schvartsman** - afastado após a **tragédia de Brumadinho (MG)**, em janeiro de 2019 - e a eleição de Sandra Guerra e Isabella Saboya, primeiras conselheiras independentes da Vale, indicadas pela gestora **Aberdeen**.

Privatizada em 1997, a Vale teve a independência de sua gestão questionada em diversas ocasiões nesses 23 anos, graças à presença de entes estatais no controle e da goldenshare - ação que dá poder de veto ao governo em matérias como mudança de sede e que será mantida. Um dos episódios mais conhecidos envolveu a pressão do governo Lula para que a empresa investisse em siderurgia, na gestão de Roger Agnelli (1959-2016). "Foi um processo conduzido com grande desejo dos representantes dos acionistas de privatizar a empresa de fato", diz Eliane.

Agora, está aberto o caminho para a saída de Previ e BNDES. **O banco de fomento já deixou clara sua intenção de vender papéis da mineradora**, ao se desfazer de cerca de R\$ 8 bilhões de ações recentemente, e organiza a venda de debêntures participativas na companhia. O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil atua de forma mais discreta, sem abrir seus planos.

Eliane não enxerga no fim do acordo um gatilho para a venda massiva de ações por Previ e BNDES. "Tudo vai depender do preço de mercado versus expectativa de valorização da ação", diz, lembrando que tanto a Previ (com 4,98% das ações) quanto o banco (3,57%) já detinham papéis desvinculados do acordo.

O analista do Itaú BBA, Daniel Sasson, concorda e acrescenta que **a retomada do pagamento de dividendos pela Vale** pode ajudar adiar a decisão de saída desses acionistas. "No curtíssimo prazo, muda muito pouca coisa", diz.

Para reduzir a vulnerabilidade a ofertas hostis na nova estrutura de capital disperso, o Estatuto Social da Vale prevê que, caso algum acionista adquira 25% ou mais do total das ações ordinárias ou do capital social da empresa, terá de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, mecanismo de proteção aos demais investidores

Nem melhor, nem pior

Mas afinal, o modelo de corporation é tão melhor que o de controle definido? Segundo especialistas, há prós e contras e o sucesso depende da criação de uma estrutura robusta de governança.

Há quem argumente que o "olho do dono" engorda a companhia. Nesse caso, o problema é evitar que os interesses do controlador se sobreponham aos da empresa. Na estrutura de controle definido, o embate ocorre entre controlador e acionistas minoritários. Quando o capital é disperso, cabe ao Conselho de Administração mediar mais os conflitos entre acionistas e exercer uma fiscalização mais eficaz sobre os atos da diretoria.

"Na corporation, a empresa sai do controle de um acionista para o controle gerencial. A gestão toma grande parte do poder de decisão antes dado ao controlador", diz Viviane Muller Prado, professora da FGV Direito SP. Carlos Augusto Junqueira, sócio do CesconBarrieu Advogados, afirma que na corporation cresce o protagonismo do conselho e também a responsabilidade dos investidores.

No caso da Vale, **a tendência é que a empresa tenha de prestar mais contas acerca de questões ESG (ambientais, sociais e de governança)**, para atrair o capital de um universo pulverizado (e cada vez mais globalizado) de investidores. Hoje, seus papéis são negociados com grande desconto frente às concorrentes australianas, sob o efeito do rompimento da barragem em Brumadinho. A mineradora vem se preparando para esse cenário e privilegiando a comunicação dessa agenda socioambiental.

Outro ponto de atenção, diz Junqueira, passa a ser a definição da remuneração dos administradores. Nos Estados Unidos, a falta de controle sobre os pacotes de remuneração gerou casos emblemáticos de manobras contábeis vinculadas aos ganhos de executivos, como na WorldCom e na Enron. Por aqui, um estudo concluído pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead) em 2012 mostrou que um diretor presidente de empresas "sem dono" chegava a receber o dobro de seus pares em corporações com controlador definido.

Fonte: Estadão

Data: 09/11/2020

Correio*

MINERAÇÃO BAIANA SUPERA A PANDEMIA, CRESCE 63% E ASSEGURA INSUMOS PARA AGRICULTURA E INDÚSTRIAS DE BASE

A mineração baiana se manteve firme frente aos desafios impostos pela crise do Covid-19 e figura entre os setores que conseguiu crescer em 2020. Segundo dados da Agência Nacional de Mineração, o setor cresceu 63% até outubro, comparado com o mesmo período do ano passado.

O crescimento segue tendência nacional do setor. Segundo pesquisa do Ministério da Economia, publicada em 1 de novembro pelo jornal Folha de S. Paulo, até julho de 2020 a mineração nacional registrou aumento de 31,9% no faturamento, frente ao mesmo período de 2019.

O preço das commodities no mercado global e o patamar do câmbio tem sido aliados do setor. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) da Bahia, a balança comercial baiana de bens minerais apresenta saldo positivo de R\$ 1,4 bilhão no intervalo de janeiro a agosto de 2020.

Para o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, os números do setor são muito animadores, mas o benefício social é inestimável. “Mais animador ainda é ver que o setor garantiu emprego e renda para dezenas de milhares de baianos neste período difícil. Nossa mineração foi e continuará sendo um pilar de sustentação e fonte de dignidade para uma parte significativa das famílias no nosso estado”, diz.

Para o diretor de operações da Mineração Caraíba, Manoel Valério, os resultados positivos são fruto de muito planejamento, protocolos rígidos de segurança e apoio às comunidades. “Nós tomamos todas as medidas possíveis para continuar produzindo sem colocar em risco nossos colaboradores e suas famílias. A mineração é imprescindível para as outras indústrias e se o setor parasse haveria risco de desabastecimento. A agricultura, por exemplo, depende de produtos minerais como fosfatos, calcário. Nosso cobre vai para geladeiras, eletrônicos, inclusive os respiradores hospitalares”, afirma Valério.

Fonte: Correio*

Data: 06/11/2020



SERABI BUSCA APOIO DO MME PARA LICENCIAR PROJETO DE OURO CORINGA, NO PARÁ

Representantes da Serabi Gold estiveram em Brasília (DF) em busca de apoio do Ministério de Minas e Energia (MME) para viabilizar o processo de licenciamento do projeto de ouro Coringa, da subsidiária Chapleau Exploração Mineral, localizado nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no Pará.

De acordo com informações da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), o diretor-presidente da Serabi, Ulisses Melo, e o diretor de operações, Roney Almeida, acompanhados do presidente da ABPM, Luís Maurício Azevedo, se reuniram com o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Alexandre Vidigal, e sua adjunta, Lília Mascarenhas Sant' Agostino, para tratar do assunto.

A Serabi quer que o ministério auxilie a companhia para conseguir as licenças junto aos órgãos ambientais do Pará. A expectativa é de que o projeto consiga todas as certificações necessárias para iniciar as operações em 2022.

No fim de setembro, a Serabi Gold obteve a licença prévia (LP) do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) do Pará, a primeira das três necessárias para o funcionamento da operação.

A Serabi adquiriu a Chapleau e seus ativos, incluindo o projeto de ouro Coringa, em 2017. Em 2018, a companhia realizou uma campanha de sondagem e produziu um novo estudo de viabilidade econômica. Em setembro do ano passado, a empresa apresentou os resultados de uma avaliação econômica preliminar (PEA, na sigla original em inglês), que apoiaram seus planos para a operação de mineração subterrânea de ouro de alta qualidade.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

Data: 05/11/2020